

Eleitos propõem endurecer o jogo

TARCÍSIO HOLANDA
Repórter Especial

O governador eleito da Bahia, Waldir Pires, criticou a forma como o governo acaba de baixar um conjunto de medidas destinadas a corrigir as falhas do Plano Cruzado, sustentando que a concepção é o anúncio seguiram os mesmos métodos aplicados pelo regime autoritário, quando os tecnocratas tomaram em suas mãos as próprias decisões políticas.

O ex-Consultor-Geral da República não se mostra impressionado com isso. Ele acredita que ainda guardamos muitos vícios dos tempos da ditadura, mas está certo de que o processo de redemocratização acabará superando tudo. Pires preconiza uma abertura democrática do governo para o debate dos grandes problemas nacionais, eliminando-se o costume da tomada de decisão nos recintos fechados dos gabinetes.

O ex-Governador do Paraná e senador eleito José Richa, tem a mesma opinião do novo Governador da Bahia. Solidário com as medidas adotadas por Sarney e sua equipe econômica, Richa discordou do anúncio repentino sem que se explicasse ao povo as razões de cada ato, mostrando os prejuízos que o País e a sociedade vinham sofrendo com o consumismo desenfreado, a falta de poupança para investimentos e as tarifas defasadas dos serviços de telefonia e eletricidade.

Tanto Pires quanto Richa defendem um endurecimento do governo em relação aos banqueiros estrangeiros, argumentando que o Brasil não suportará por mais tempo transferir anualmente para o exterior 12 bilhões de dólares. Waldir Pires pede uma negociação que limite essas transferências, de forma que o País tenha recursos para investimentos, mas Richa admite que o endurecimento chegue até a uma declaração unilateral de moratória.

O futuro Governador da Bahia está convencido de que a causa principal de nossas dificuldades é o endividamento externo. Enquanto o País não obtiver um resultado satisfatório na negociação, de forma a reduzir as remessas líquidas de capitais que faz anualmente, não terá condições de vencer os seus problemas internos.

Waldir Pires não descarta a hipótese de decretação da moratória unilateral, suspendendo-se todos os pagamentos. Adverte, todavia, que ela não é um fim em si mesma, mas um meio para livrar o País de encargos insuportáveis, preferindo acentuar que todos os meios e alternativas devem ser considerados, mas que o objetivo principal é conseguir amenizar o fardo, se possível através de negociação harmoniosa.

O político baiano admite que o conjunto de medidas econômicas adotadas pelo governo causou duros prejuízos às classes média e trabalhadora, mas não

atingiu os interesses dos ricos e das empresas. E não poupa críticas à forma como as autoridades econômicas conceberam o mais novo pacote, em tudo semelhante aos métodos de trabalho dos tecnocratas da velha República.

Richa apóia as decisões do Governo e reclama medidas mais duras que distribuam o sacrifício igualmente entre todos, pobres e ricos, continuando o governo com uma política mais branda em relação aos mais frágeis econômica e socialmente. O ex-Governador do Paraná acha que o Brasil está chegando ao limite de sua resistência em matéria de dívida externa, razão pela qual admite que o país possa declarar unilateralmente uma moratória, suspendendo todos os pagamentos, se não chegar a um acordo, rapidamente, com os seus credores.

Nesta hipótese, o país precisa estabelecer imediatas negociações com outros países endividados, a fim de que todos, juntos, aumentem o seu poder de barganha na mesa de negociação. Se os países credores e os banqueiros estrangeiros se organizaram em um verdadeiro "pool", por que razão os países devedores não teriam o direito de se organizar em um cartel? Richa recomenda que o governo comece a preparar a sociedade brasileira para viver dias mais difíceis, mas com a convicção de que o País possui riquezas e recursos humanos para superar o quadro de dificuldades que atualmente enfrenta.